



CARACTERÍSTICAS DA DISCIPLINA DE ORÇAMENTO NOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS: UM ESTUDO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

Hélen Alves Menezes (UFRPE)

Carla Renata Silva Leitão (UFRPE)

Resumo

O artigo tem como objetivo investigar as características da disciplina de Orçamento nos Cursos de Bacharelado em Ciências Contábeis das Universidades Federais Brasileiras. Para isso, realizou-se pesquisa documental, a qual se constituiu na análise da grade curricular dos Cursos de Bacharelado em Ciências Contábeis, bem como das ementas das disciplinas que continham em seu título as palavras orçamento ou orçamentário (a). A amostra foi composta por 33 universidades públicas federais. A coleta dos dados envolveu três etapas. Primeiro, realizou-se um levantamento no *site* do Ministério da Educação, no cadastro e-MEC, base de dados oficial e única de informações relativas às Instituições de Ensino Superior (IES), no qual identificou as IES que ofereciam o curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, no Brasil, na modalidade presencial. Na segunda etapa, realizou-se uma visita aos *sites* das instituições de ensino, para localizar a grade curricular e o contato do coordenador do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis. Na terceira etapa, realizou-se contato com o coordenador, e foi solicitada a ementa das disciplinas identificadas. Após análise, os resultados demonstraram que nas universidades públicas federais que ofertam o Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, 100% disponibilizam a disciplina Orçamento Empresarial ou equivalente e apenas 57,58% disponibilizam a disciplina Orçamento Público. Quanto à disposição da disciplina na estrutura curricular do curso, observou-se que a disciplina de Orçamento Empresarial tem sua inserção na grade curricular sempre em semestre posterior àquele em que oferta a disciplina Orçamento Público. Em relação à bibliografia e conteúdo programático identificado na pesquisa realizada junto às universidades, observou-se que na maioria das universidades integrantes da amostra estes encontram-se alinhados àqueles indicados na Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, criados pela Fundação Brasileira de Contabilidade.

Palavras-chave: Cursos de Ciências Contábeis. Orçamento Empresarial. Orçamento Público.



1. Introdução

Como ciência social, a contabilidade e o modo como esta é estruturada como conhecimento sofre influência das transformações vivenciadas pela sociedade. No que diz respeito à formação do profissional contábil, isto pode ser percebido através das mudanças que ocorrem nas grades curriculares dos cursos que formam esses profissionais.

A intensa competitividade existente no mercado tem exigido das empresas o aprimoramento das ferramentas de planejamento, predição e controle, com objetivo de gerar informações necessárias para auxiliar no processo decisório. E isso exige profissionais capazes de atender a esta demanda informacional.

Dessa forma, o mercado exigiu mudança do perfil do profissional contábil, que deixou de apenas registrar o patrimônio da entidade contábil e atentar aos tributos a serem pagos, e passou a preocupar-se em fornecer informações necessárias para auxiliar a empresa a tomar decisões.

Ao analisar a mudança no perfil do profissional da Contabilidade, Fahl e Manhani (2006) afirmam que o profissional deverá voltar-se muito mais para as decisões futuras e que esta mudança de perfil terá seu reflexo nas instituições de ensino responsáveis pela formação desses profissionais.

Assim, estudar o perfil das disciplinas ministradas nos cursos de bacharelado em ciências contábeis adquire relevância, especificamente a disciplina de orçamento, objeto do presente estudo. Considerando a importância do orçamento como ferramenta de predição e controle e a formação dos profissionais contábeis, o artigo tem como objetivo investigar as características da disciplina de Orçamento nos cursos de bacharelado em ciências contábeis das universidades federais brasileiras.

De forma secundária, o artigo tem como objetivo identificar como se dá o oferecimento da disciplina orçamento, o momento da inserção da disciplina na grade curricular, a natureza e a carga horária destinada à disciplina, além da bibliografia indicada e o conteúdo programático abordado.

Além desta introdução, o artigo conta com cinco seções. Na primeira, apresenta uma breve revisão teórica sobre o ensino da contabilidade no Brasil, o ensino do orçamento e a importância deste no desenvolvimento do futuro profissional contábil. Na terceira seção, apresenta a metodologia adotada. Na quarta seção apresenta os resultados da pesquisa realizada e, por fim, na quinta e última seção, são tecidas as considerações finais.

2. Revisão Teórica

No Brasil, a Contabilidade, como área de conhecimento a ser transmitido e como objeto, surgiu de forma tímida na cidade de São Paulo. Em 1902 foi criado o curso destinado a “guarda-livros”, que tinha duração de três anos, organizado pela Escola de Comércio Álvares Penteado, anteriormente denominada de Escola Prática do Comércio de São Paulo (LAFFIN, 2002).

Através do Decreto nº 17329, de 18 de maio de 1926, foi aprovado e regulamentado o Ensino Técnico Comercial, com duração de 4(quatro) anos, o qual conferia o Diploma de Contador aos alunos formados. Com o Decreto nº 20158, de 30 de junho de 1931, foi regulamentado o profissional contador e houve uma reorganização do ensino comercial, que dividiu-se nos níveis propedêutico, técnico e superior. Segundo Rosella *et al.*(2006) o propedêutico requeria a idade mínima de 12 anos para o ingresso. No curso técnico, dividiu-se o ensino comercial em ramificações, quais sejam secretário, guarda-livros e administrador-vendedor (com duração de dois anos) e atuário e perito-contador (com duração de três anos). Regulamentou ainda o Curso Superior em Administração e Finanças, o qual concedia o título de bacharel em Ciências Econômicas, com duração de três anos, cujo pré-requisito era a conclusão do curso técnico de perito-contador ou atuário.

No entanto, só através do Decreto-Lei de nº 7.988, em 22 de setembro de 1945 é que a Contabilidade passou a ter formação em nível superior, com o curso de Ciências Contábeis e



X Seminário UFPE de Ciências Contábeis

Atuariais oferecido na Faculdade Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo. Este foi iniciado em 26 de janeiro de 1946, oferecendo o grau de bacharel em Ciências Contábeis e Atuariais. Em 1951, os cursos foram desmembrados, dando origem aos cursos de bacharelado em ciências Contábeis e o bacharelado em ciências atuariais. (CANDIOTTO; MIGUEL, 2009)

Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024 promoveu, segundo Peleias *et al.* (2007), grandes mudanças no ensino superior, com reflexos nos cursos de Ciências Contábeis. No seu artigo 9º, a lei estabeleceu que o Conselho Federal de Educação (CFE) deveria fixar o currículo mínimo e a duração dos cursos superiores voltados à formação de profissões regulamentadas.

O Conselho Federal de Educação (CFE), no cumprimento dos seus deveres, emitiu dois pareceres em menos de dois anos: o Parecer nº 397/62, que dividiu o ensino da contabilidade em dois ciclos, o de formação básica e o de formação profissional e o Parecer sem número, de 08 de fevereiro de 1963, que fixou o tempo mínimo de duração do curso de Ciências Contábeis. (PELEIAS *et al.*, 2007)

A Resolução CFE nº. 03, de 03 de outubro de 1992, fixou o conteúdo mínimo e a duração mínima e máxima, para conclusão do curso de Ciências Contábeis; e o que é mais importante, definiu os limites do conteúdo obrigatórios que devem ser observados e praticados, deixando a cargo da IES, caso a mesma julgasse importante, adaptações para atender os interesses da clientela ou região (MADEIRA, 2009).

Por último, o Conselho Nacional de Educação instaurou a Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004, que instituiu as diretrizes curriculares para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, as quais afirmam que as Instituições de Ensino Superior (IES) deverão estabelecer a organização do Projeto Político Pedagógico (PPP), o qual deverá descrever os seguintes aspectos: perfil do profissional esperado, formando (competências e habilidades), componentes curriculares integrantes, sistema de avaliação do curso, critérios do estágio curricular supervisionado, atividades complementares, Monografia, regimento acadêmico de oferta e outros aspectos.

Na referida Resolução, existe uma preocupação notória com o perfil esperado do formando, ou seja, o curso deve buscar desenvolver o estudante para melhor atender às demandas institucionais e sociais, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional. Dessa forma, a Resolução preocupa-se em firmar o compromisso do curso em possibilitar e ensinar condições, que propicie a capacitação do profissional e o desenvolvimento das competências e habilidades, necessárias, para o exercício da profissão.

Contudo esta Resolução não fazia qualquer recomendação sobre a grade curricular, disciplinas e respectivas cargas horárias, conteúdo programático e bibliografia, deixando a cargo das IES a responsabilidade de defini-las, desde que atenda as diretrizes curriculares para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis.

Hoje inexistem fronteiras entre as empresas e os clientes dos concorrentes, o que faz com que o diferencial competitivo faça toda diferença (SANTANA; ANDRADE, 2011). Com isso, a empresa precisa utilizar instrumentos gerenciais que auxiliem a buscar por diferenciação no mercado (HASTENTEUFEL; LARENTIS, 2015).

Ao analisar a mudança no perfil do profissional da contabilidade, Fahl e Manhani (2006) afirmam que o profissional deverá voltar-se muito mais para as decisões futuras, ou seja, para a utilização de ferramentas de planejamento, predição e controle, e salienta que esta mudança de perfil terá seu reflexo nas instituições de ensino responsáveis pela formação desses profissionais.

Diante disto, a Fundação Brasileira de Contabilidade, como representante dos interesses dos profissionais da contabilidade, buscou sanar a lacuna deixada pela Resolução CNE/CES nº 10, ao apresentar uma proposta nacional de conteúdo para o curso de Ciências Contábeis, com o objetivo



X Seminário UFPE de Ciências Contábeis

de propor uma matriz curricular para as IES que atendessem às demandas atuais da sociedade e que possibilitasse minimizar os possíveis problemas causados pela existência de inúmeras matrizes curriculares.

A proposta apresenta disciplinas organizadas em três eixos temáticos, em consonância com a resolução CNE/CES nº10, de 16 de dezembro de 2004, sendo elas: disciplinas com conteúdo de formação básica, disciplina com conteúdo de formação profissional, disciplinas com conteúdo teórico-prática.

Na proposta da matriz curricular da Fundação Brasileira de Contabilidade são elencadas duas disciplinas de orçamento, uma ligada ao Orçamento Público e outra ao Orçamento empresarial, ambas apresentadas no eixo temático destinado a conteúdo de formação profissional.

Tabela 1 – Indicação da Disciplina de Orçamento, de acordo com o seguimento, carga horária e natureza

Setor	Disciplina	Carga Horária	Natureza
Empresarial	Análise de Projetos e Orçamento Empresarial	60 Horas	Obrigatória
Público	Contabilidade e Orçamento Público	60 Horas	Obrigatória

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

O conteúdo programático proposto pela Fundação Brasileira de Contabilidade, para a disciplina de Análise de Projetos e Orçamento Empresarial contempla os seguintes itens: aspectos introdutórios, orçamento de vendas, orçamento de produção, orçamento de despesas operacionais, orçamento de caixa, demonstrativo de resultado do exercício projetado, balanço patrimonial projetado, controle orçamentário e análise de projetos empresariais. Já a bibliografia básica contemplava os seguintes livros:

- **Análise de investimentos**, de Nelson Casarotto Filho e, Bruno Hartmut Kopittke (Editora Atlas);
- **Projetos empresariais e públicos**, de Ademir Clemente (Editora Atlas);
- **Orçamento empresarial: planejamento e controle gerencial**, de Fábio Frezatti (Editora Atlas); e
- **Orçamento na administração de empresas: planejamento e controle**, de Antonio Zoratto Sanvicente e Celso da Costa Santos (Editora Atlas).

Por sua vez, o conteúdo programático proposto pela Fundação Brasileira de Contabilidade, para a disciplina de Contabilidade e Orçamento Público contemplava os itens: Lei de Responsabilidade Fiscal, orçamento Público, créditos adicionais, patrimônio público, plano de contas e escrituração contábil, demonstrações contábeis na área pública, funções básicas do Sistema integrado de Administração Financeira (SIAFI). No que diz respeito à bibliografia, as recomendadas eram as seguintes:

- **Contabilidade pública na gestão municipal**, de Nilton de Aquino Andrade (Editora Atlas);
- **Constituição Federal do Brasil**;
- **Lei Complementar n. 101**, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;
- **Contabilidade pública: teoria e prática**, de Hélio Kohama (Editora Atlas);
- **Princípios fundamentais da contabilidade** (Resolução 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade e a Lei 4320/64, de Heraldo da Costa Reis (Revista Brasileira de Contabilidade));



- **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo**, de Lino Martins da Silva (Editora Atlas).

Com essa proposta, buscou-se estabelecer conteúdo capaz de munir os profissionais em formação com o conhecimento mínimo necessário para o desenvolvimento das atividades voltadas para a elaboração de orçamentos, bem como para utilização destes como instrumento de gestão nas organizações.

3. Metodologia

Quanto ao método de abordagem, a pesquisa pode ser considerada de caráter exploratório e descritivo. A pesquisa exploratória tem como finalidade fornecer mais informações sobre o assunto investigado, possibilitando sua definição e seu delineamento e a pesquisa descritiva busca descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (PRODANOV; FREITAS, 2013).

A abordagem da análise desta pesquisa é colocada como predominantemente quantitativa, mediante a necessidade de traduzir em números, opiniões e informações para classificá-las e analisá-las (PRODANOV; FREITAS, 2013).

No que diz respeito às técnicas, adotou-se a documentação indireta, por meio da pesquisa documental, através do uso das ementas das disciplinas Orçamento como fonte de dados. Para Lakatos e Marconi (1992) quando o sistema de coleta de dados se restringe a documentos escritos e são compilados na ocasião pelo pesquisador, é caracterizada a fontes de coleta de dados escrita, primária e contemporânea.

A coleta dos dados realizou-se em 3 etapas. Primeiro, foi realizado um levantamento no *site* do Ministério da Educação, no cadastro e-MEC, base de dados oficial e única de informações relativas às IES, no qual identificou as IES que ofereciam o curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, no Brasil, na modalidade presencial.

Dados do e-MEC apontaram a existência de 39 universidades públicas federais autorizadas a disponibilizar o curso de Bacharelado em Ciências Contábeis no Brasil, na modalidade presencial. Sendo o Estado de Minas Gerais com um maior quantitativo, sendo contemplada com 6 universidades, seguida dos Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do sul, com 3 universidades cada. Ressalta-se que apenas as universidades dos Estados do Acre e Amapá não disponibilizam o curso de Bacharelado em Ciências Contábeis.

Na segunda etapa, realizou-se uma visita aos *sites* das instituições de ensino, para localizar a grade curricular e o contato do coordenador do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis. Nesta etapa, identificou-se um quantitativo de 33 universidades que possuíam na grade curricular do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, disciplinas que constavam em seu título a palavra orçamento ou orçamentário (a). Na terceira etapa, realizou-se contato com o coordenador, e foi solicitada a ementa das disciplinas identificadas. Dessas 33 universidades, conseguiu-se obter as ementas de disciplina de 27 delas.

Após a coleta dos documentos, procedeu-se à tabulação dos dados, com o auxílio do *software Microsoft Excel*. Para cumprir com o objetivo proposto, fez-se necessário identificar a disposição das disciplinas na grade curricular o curso e das ementas. Utilizou-se os dados referentes à carga horária, o tipo de disciplina (obrigatória, eletiva, optativa), conteúdo programático e bibliografia.

4. Resultados



Inicialmente foi observada a oferta das disciplinas referentes à Orçamento Empresarial e Orçamento Público. Esse aspecto foi observado, considerando-se as 33 universidades integrantes da amostra.

Tabela 2 – Disponibilidade da Disciplina de acordo com a abrangência do título

	Orçamento Empresarial		Orçamento Público	
	Freq	%	Freq	%
Disponibiliza	33	100,00%	19	57,58%
Não Disponibiliza	0	0,00%	14	42,42%
Total	33	100,00%	33	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Em relação à disponibilidade da disciplina de Orçamento, de acordo com a abrangência indicada no título da mesma, observa-se na Tabela 2 que das 33 universidades que compuseram a amostra, 100% disponibilizam a disciplina relacionada a Orçamento Empresarial, em detrimento de apenas 57,58% que disponibiliza disciplina relacionada à Orçamento Público.

Em relação às nomenclaturas das disciplinas, no que se refere à disciplina de Orçamento Empresarial, observou-se nas universidades estudadas a existência de um leque de variações, conforme exposto na Tabela 3.

Tabela 3 –Título da disciplina de Orçamento empresarial

Título da Disciplina	Freq	%
Orçamento Empresarial	10	30,30%
Planejamento e Orçamento Empresarial	10	30,30%
Administração Financeira e Orçamento Empresarial	8	24,24%
Análise de Projeto e Orçamento Empresarial	4	12,12%
Gerencia de Orçamento	1	3,03%
Total	33	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Ao analisar a disponibilidade da disciplina de Orçamento Empresarial no Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis das universidades estudadas, observa-se na Tabela 3, que 30,30% tratam o tema em disciplina individualizada, mesma proporção encontrada para a disciplina que trata o orçamento junto à temática de planejamento. No entanto, tratar orçamento e planejamento juntos mostra-se também apropriado, uma vez que o orçamento é caracterizado pela quantificação e mensuração econômica das atividades planejadas e programadas (PADOVEZE, 2005).

Ressalta-se que apenas 12,12% das Universidades pesquisadas seguem proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em Ciências Contábeis criada pela Fundação Brasileira de Contabilidade, pois ofertam a disciplina de Orçamento junto à temática de análise de projetos.

Ao analisar a disciplina de Orçamento Público, observa-se, conforme exposto na Tabela 4, que das 19 universidades que possuem a disciplina em sua grade, 31,58% tratam a disciplina de forma individual; já 21,05% tratam orçamento público junto ao planejamento, mesma proporção encontrada a disciplina que trata o orçamento público junto à contabilidade pública.



X Seminário UFPE de Ciências Contábeis

Tabela 4 – Título da disciplina de Orçamento Público

Título da Disciplina	Freq	%
Orçamento Público	6	31,58%
Contabilidade e Orçamento Público	4	21,05%
Planejamento e Orçamento Público	4	21,05%
Orçamento e Finanças Públicas	3	15,79%
Orçamento e Gestão Pública	1	5,26%
Orçamento e Financiamento Governamental	1	5,26%
Total	19	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Em relação à disposição da disciplina de Orçamento Empresarial na grade curricular do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, observa-se na Tabela 5 que existe uma maior concentração no quarto ano (7º e 8º Período), correspondendo a 42,42%, seguido do terceiro ano (5ª e 6º período), com 27,27% e com 18,18% nas disciplinas optativas e eletivas que não possuem disposição determinada na grade curricular.

Tabela 5 – Disposição da disciplina de Orçamento na grade curricular, de acordo com o seguimento.

Ano	Empresarial		Público	
	Freq	%	Freq	%
1º Ano	0	0,00%	0	0,00%
2º Ano	1	3,03%	7	36,84%
3º Ano	9	27,27%	6	31,58%
4º Ano	14	42,42%	1	5,26%
5º Ano	3	9,09%	1	5,26%
Sem disposição determinada	6	18,18%	4	21,05%
Total	33	100,00%	19	100%

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Já em relação à disposição da disciplina de Orçamento Público na grade curricular, observa-se que das Universidades Públicas Federais pesquisadas que dispõem essa disciplina, 36,84% disponibilizam no segundo ano (3º e 4º período) e 31,58% disponibilizam a disciplina no terceiro ano (5º e 6º período).

No currículo pleno do curso de graduação, as disciplinas são classificadas de acordo com a natureza, podendo ser obrigatórias, optativas ou eletivas.

Tabela 6 – Natureza da disciplina de Orçamento

Tipo	Empresarial		Público	
	Freq	%	Freq	%
Obrigatória	28	84,8%	15	78,9%
Optativa	2	6,1%	3	15,8%
Eletiva	3	9,1%	1	5,3%
Total	33	100,00%	19	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

As disciplinas obrigatórias são disciplinas indispensáveis à formação básica e profissional e integram as diretrizes curriculares, sendo seu cumprimento obrigatório para diplomação. Em

relação às disciplinas optativas, estas têm como objetivo proporcionar ao aluno um conhecimento complementar específico, o que permite ao aluno escolher qual disciplina cursar entre as opções específicas ofertadas. Já as disciplinas eletivas, são as que apesar de integrarem a o currículo pleno do curso, fazem parte das diretrizes curriculares de outros cursos, sendo seu cumprimento facultativo, porém contabilizado na carga horária total do curso.

Ao analisar a natureza das disciplinas, a Tabela 6 demonstra que em sua maioria as disciplinas de orçamento são obrigatórias, equivalendo a 84,8% na disciplina de Orçamento Empresarial e 78,9% na disciplina de Orçamento Público.

Tabela 7 – Carga horária da disciplina de Orçamento

Carga Horária	Empresarial		Público	
	Freq	%	Freq	%
Menos de 60 horas	2	6,06%	0	0,00%
60 horas	22	66,67%	11	57,89%
Acima de 60 horas	9	27,27%	8	42,11%
Total	33	100,00%	19	100%

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Em relação à carga horária das disciplinas de orçamento, observa-se na Tabela 7, que tanto a disciplina de Orçamento Empresarial como a disciplina de Orçamento Público, possuem em sua maioria 60 horas, obtendo os percentuais de 66,67% e 57,89%, respectivamente.

Ao analisar as disciplinas que possuem mais de 60 horas, obteve-se que isto é verificado em 27,27% da disciplina de Orçamento Empresarial e em 42,11% da disciplina de Orçamento Público, com 42,11%. Credita-se este fenômeno ao fato de algumas universidades oferecem a disciplina de orçamento abrangendo outras temáticas, conforme visto anteriormente, nas Tabelas 2 e 3.

A análise da ementa envolveu as 27 universidades integrantes da amostra, das quais conseguiu-se obter as ementas.

Em relação à bibliografia indicada nas ementas da disciplina de Orçamento Empresarial, considerando tanto a bibliografia básica como também a complementar, observa-se na Tabela 8 que Fábio Frezatti tem o seu livro “Orçamento empresarial: planejamento e controle gerencial” indicado como bibliografia em 54,5% das Universidades Públicas Federais participantes desta amostra, seguido do livro “Orçamento empresarial”, de Glenn A. Welsch, com indicação bibliográfica em 45,5% das universidades pesquisadas.

Tabela 8 - Bibliografia indicada para a disciplina de Orçamento Empresarial

Título	Autores	%
Orçamento Empresarial: planejamento e controle gerencial	Fábio Frezatti	54,5%
Orçamento Empresarial	Glenn A. Welsch	45,5%
Orçamentos na administração de empresas: planejamentos e controle	Antônio Zoratto Sanvicente e Celso da Costa Santos.	33,3%
Orçamento empresarial: manual de elaboração	José Carlos Moreira	27,3%
Manual de orçamento	Rogério João Lunkes	21,2%



X Seminário UFPE de Ciências Contábeis

Prática do orçamento empresarial: um exercício programado	Jaert J. Sobanski	15,2%
Contabilidade gerencial.	Anthony A. Atkinson Rajiv D Banker Robert S. Kaplan S. Mark Young	12,1%
Análise de investimentos	Nelson Casarotto Filho Bruno Hartmut Kopittke	12,1%
Projetos empresariais e públicos	Ademir Clemente	12,1%
Planejamento estratégico	Djalma de Pinho Rebouças de Oliveira	12,1%

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Ao comparar a bibliografia indicada na proposta nacional de conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, observa-se que 100% das bibliografias propostas estão entre as dez bibliográficas mais citadas, identificadas na pesquisa, o que demonstra uma conformidade nessa variável.

Ao analisar a indicação da bibliografia, ressalta-se a existência de livros não específicos de orçamento, mas que possuem em seu conteúdo assuntos correlatos a orçamento empresarial, como o livro “Contabilidade Gerencial”, de Anthony A. Atkinson *et al*, o livro “Análise de investimentos”, de Nelson Casarotto Filho; Bruno Hartmut Kopittke; o livro “Projetos empresariais e públicos”, de Ademir Clemente, e por fim, o livro “Planejamento estratégico”, Djalma de Pinho Rebouças de Oliveira, todos com indicações bibliográficas, 12,1% cada, das universidades participantes da amostra.

No que diz respeito a Orçamento Público, a bibliografia indicada, seja como bibliografia básica ou complementar, nas ementas da disciplina de Orçamento Público, tem como obra predominante o livro “Orçamento Público”, de James Giacomoni, o qual é indicado em 68,42% das ementas. Já o livro “Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública”, de Lino Martins Silva, aparece em 52,63% das ementas pesquisadas. Estes resultados podem ser visualizados na Tabela 9.

Tabela 9 - Bibliografia indicada para a disciplina de Orçamento Público.

Título	Autores	%
Orçamento Público	James Giacomoni	68,42%
Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública	Lino Martins Silva	52,63%
Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964.	Brasil	42,11%
Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.	Brasil	36,84%
Contabilidade Pública: Teoria e Prática	Helio Kohama	36,84%
Contabilidade pública	João Angélico	31,58%



X Seminário UFPE de Ciências Contábeis

Contabilidade Pública - Uma Abordagem da Administração Financeira Pública	Roberto Bocaccio Piscitelli Maria Zulene Farias Timbó	31,58%
Contabilidade Pública na Gestão Municipal	Nilton de Aquino Andrade	26,32%
Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio e 2000.	Brasil	26,32%
Administração, Orçamento e Contabilidade Pública	Sergio Jund	26,32%

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Ao comparar a bibliografia com aquela indicada na Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, observa-se que 83,33% das bibliografias propostas estão entre as dez bibliografias mais citadas na pesquisa, o que demonstra um alto grau de consonância neste quesito.

Ao se analisar as 10 bibliografias mais citadas nas ementas, observou-se que 50% delas são compostas livros de Contabilidade Pública, 30% de Legislações e apenas 20% são de livros de Orçamento Público. Das legislações citadas, Constituição da República Federativa do Brasil, encontra-se presente em 42,11% da amostra, a Lei nº 4.320/64 é indicada em 42,11% e a Lei Complementar n.º 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e de outras providências, é indicada em 26,32% das ementas.

A etapa seguinte da pesquisa analisou os conteúdos programáticos das disciplinas de Orçamento Empresarial e Orçamento Público. Nesta análise, só foram levados em consideração os conteúdos específicos do tema.

Em relação ao conteúdo programático indicado nas ementas da disciplina de Orçamento Empresarial, observa-se na Tabela 10 que 96,30% das Universidades pesquisadas destacam em seu conteúdo programático aspectos introdutórios sobre orçamento empresarial. O controle orçamentário é outro conteúdo bastante indicado na ementa da disciplina, com 92,59%. Ao comparar o conteúdo programático indicado na proposta nacional de conteúdo com o conteúdo programático identificado na pesquisa, observou-se que este último extrapola o conteúdo indicado pela Fundação Brasileira de Contabilidade para a temática de orçamento empresarial, ao abordar conteúdos sobre orçamento de investimento e capital e sobre o impacto do orçamento sobre o comportamento humano e no clima organizacional.

Tabela 10 – Conteúdo Programático da disciplina de Orçamento empresarial

Conteúdo Programático	%
Aspectos Introdutórios	96,30%
Controle Orçamentário	92,59%
Orçamento de Caixa	81,48%
Controle Estratégico	74,07%
Orçamento de vendas	70,37%
Orçamento de Compras	33,33%
Orçamento de Produção	70,37%
Orçamento de Despesas operacionais	70,37%
Projeções dos Demonstrativos Contábeis	66,67%
Orçamento de Investimento e/ou capital	59,26%
Análise do impacto do orçamento sobre o Comportamento humano e no clima	18,52%

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.



X Seminário UFPE de Ciências Contábeis

Ao analisar o conteúdo programático indicado nas ementas da disciplina de Orçamento Público, observou-se, como mostra a Tabela 11, que 100% das universidades participantes da amostra destacam no conteúdo programático a origem, conceitos e evolução do Orçamento Público e o Planejamento Governamental, no que se refere às técnicas de elaboração dos instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA). Já o tema de Auditoria Governamental só aparece em 13,33% das universidades pesquisadas.

Tabela 11 – Conteúdo Programático da disciplina de Orçamento Público

Conteúdo Programático	%
Origem, conceitos e evolução do orçamento público	100,00%
Planejamento governamental	100,00%
Funções do orçamento público	86,67%
Princípios orçamentários	80,00%
Classificação orçamentária da receita	73,33%
Classificação orçamentária da despesa	73,33%
Regimes de execução orçamentária	53,33%
Controle e avaliação da execução orçamentária	53,33%
Discussão, votação e aprovação dos instrumentos de planejamento	46,67%
Balanco orçamentário	33,33%
Conceitos e aplicações da auditoria governamental	13,33%

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Ao comparar o conteúdo programático indicado na Proposta Nacional de Conteúdo com o conteúdo programático identificado na pesquisa, observou-se que os conteúdos abordados, em ambos, são condizentes.

5. Considerações Finais

Abordando o ensino do tema Orçamento, no curso de Bacharelado em Ciências Contábeis das Universidades Públicas Federais, a pesquisa buscou investigar as características da disciplina Orçamento nessas universidades. Para isso, analisou a grade curricular do curso e as ementas das disciplinas dos cursos de Ciências Contábeis, nas universidades integrantes da amostra.

Observou-se que o tema Orçamento é tratado em seguimentos distintos, tendo a disciplina com enfoque empresarial e disciplina com enfoque público. Das universidades pesquisadas, 100% disponibilizam a disciplina de Orçamento Empresarial, enquanto apenas 57,58% disponibilizam a disciplina de Orçamento Público, sendo ambas, em sua maioria, de natureza obrigatória e com carga horária de 60 horas.

Quanto à disposição da disciplina na estrutura curricular do curso, observou-se que a disciplina de Orçamento Empresarial tem sua inserção na grade curricular sempre em semestre posterior a disposição da disciplina de Orçamento Público.

Observou-se ainda que a bibliografia e conteúdo programático identificado na pesquisa realizada junto as Universidades Federais Brasileiras estão alinhados àqueles indicados na Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, criados pela Fundação Brasileira de Contabilidade.

Assim, de uma forma geral observa-se que as disciplinas de orçamento ministradas nos cursos de Ciências Contábeis encontram-se, na maioria das universidades pesquisadas, em consonância com a Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis.



X Seminário UFPE de Ciências Contábeis

Como sugestão para pesquisas futuras, indica-se a análise, junto aos docentes, sobre o ensino das disciplinas de Orçamento Empresarial e Orçamento Público, no curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, com objetivo de analisar a percepção dos docentes sobre as diretrizes estabelecidas pela Proposta Nacional de Conteúdo.

Referências

CANDIOTTO, L. B.; MIGUEL, M. E. B. O Curso de Ciências Contábeis na educação brasileira: das aulas de comércio ao curso superior de Ciências Contábeis. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO- EDUCERE, 9, Paraná. In: *Anais...Paraná*, 2009.

BRASIL. *Decreto no. 17329, de 28.05.1926*. Aprova, o regulamento para os estabelecimentos de ensino técnico comercial reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal.

_____. *Decreto no. 20158, de 30.06.1931*. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências.

_____. *Decreto-lei no. 7988, de 22.09.1945*. Dispõe sobre o ensino superior de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais.

FAHL, A. C., MANHANI, L. P. S. As perspectivas do profissional contábil e o ensino da contabilidade. *Revista de Ciências Gerenciais*, v.10, n. 12, p. 25-33, 2015.

HASTENTEUFEL, C.; LARENTIS, F. Análise da rentabilidade de clientes através da margem de contribuição: um estudo em uma empresa de médio porte do setor moveleiro localizada na Serra Gaúcha. *Revista Produção e Desenvolvimento*, v. 1, n.1, p.60-76, 2015.

LAFFIN, M. *De contador a professor: a trajetória da docência no ensino superior de contabilidade*. 203f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1992.

MADEIRA, G. J. O currículo Pleno do Curso de Ciências Contábeis a partir da Resolução 03/92. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 7, n.2, p. 40-48, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Parecer CFE nº. 397/62*. Divide os cursos de Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Ciências Atuariais nos ciclos básico e de formação profissional.

_____. *Resolução CFE no. 3, de 3.10.1992*. Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de graduação em Ciências Contábeis.

_____. *Resolução CNE/CES no. 10/2004*.

PADOVEZE, C. L. *Controladoria avançada*. São Paulo: Cengage Learning, 2005.

PELEIAS, I. R.; SILVA, G. P. da, SEGRETI, J. B.;CHIROTTO, A. R. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. *Revista Contabilidade & Finanças*, Edição 30 anos de doutorado, p. 19-32, 2007.



X Seminário UFPE de Ciências Contábeis

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. 2 ed., Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.

ROSELLA, M. H.; PETRUCCI, V. B. C.; PELEIAS, I. R.; HOFER, E. O ensino superior no Brasil e o ensino da contabilidade. In: *Didática do ensino da contabilidade: aplicável a outros cursos superiores*. São Paulo: Saraiva, 2006.

SANTANA, A. L. A.; ANDRADE, M. E. M. C. Ensaio sobre Rentabilidade de Clientes: um enfoque setorial. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 18, Rio de Janeiro. In: *Anais...* Rio de Janeiro, 2011.